

Natália Lampert Batista  
Tascieli Feltrin  
Maurício Rizzatti  
(Organizadores)

# Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3



**Natália Lampert Batista**  
**Tascieli Feltrin**  
**Maurício Rizzatti**  
(Organizadores)

# **Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
F723	Formação, prática e pesquisa em educação 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Maurício Rizzatti. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação, Prática e Pesquisa em Educação; v. 3)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-592-1 DOI 10.22533/at.ed.921190309  1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. II. Feltrin, Tascieli. III. Rizzatti, Maurício. IV. Série.  CDD 370.71
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra **Formação, Prática e Pesquisa em Educação** apresenta um apanhado da produção à nível superior da área da Educação no Brasil, contemplando as três esferas: a formativa através de relatos que percorrem os processos formativos, relacionada ao ensino e às teorias da aprendizagem; a prática com destaque para as iniciativas extensionista e de inserção escolar e por último, mas não menos importante, a da pesquisa apresentando as temáticas que têm movimentado a produção científica e intelectual do ensino superior brasileiro na área educacional. A qual apresento brevemente a seguir.

O capítulo “A Alfabetização de Crianças Autistas” de autoria de Fabiana Boff Grenzel apresenta uma reflexão acerca de crianças autistas na alfabetização, enfatizando a necessidade de se criar estratégias para facilitar a aprendizagem destes educandos. “A Construção da Escrita Pré-Silábica e suas Implicações na Perspectiva da Psicogênese da Língua Escrita: Um Breve Estudo de Caso”, das autoras Telma Maria de Freitas Araújo, Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte e Maria Estela Costa Holanda Campelo apresenta, segundo as autoras, uma *Sondagem de Escritas*, através da qual é realizada uma análise da produção escrita de uma criança, a partir da teoria da psicogênese da língua escrita.

“A Evasão como Subsídio para a Avaliação Institucional: Um Estudo de Caso com Cursos de Engenharia em uma Universidade Pública”, de Joice Pereira da Silva Carvalho, Simone Portella Teixeira de Mello e Daniela Vieira Amaral concentra seu olhar na evasão escolar no ensino superior enquanto fenômeno capaz de subsidiar uma avaliação institucional. Marcos Gonzaga e Regina Magna Bonifácio de Araújo, por sua vez, apresentam uma síntese das características fundamentais da pesquisa qualitativa, com destaque para a História Oral no capítulo “A História Oral na Produção Acadêmica: Três Leituras Metodológicas”

Em “A Motivação no Processo de Ensino/Aprendizagem de Francês no Curso de Secretariado Executivo da UEM: Entendimento e Desafios”, Edson José Gomes intenciona identificar quais são os principais entraves a um desempenho satisfatório no processo de ensino/aprendizagem do francês como língua estrangeira no curso de SET. As autoras Rayuska Dayelly de Andrade e Sueldes de Araújo discutem a concepção de escola inclusiva em uma análise do município de Angicos no Rio Grande do Norte para o atendimento de uma aluna surda em “A Percepção de Professore(a)s sobre a Prática Pedagógica no Contexto Inclusivo.

Já Andressa Grazielle Brandt, **Nadja Regina Sousa Magalhães**, Aline Aparecida Cezar Costa e Luciana Gelslechter Lohn apresentam algumas reflexões sobre o campo da etnografia a partir de um estudo sobre a pesquisa etnográfica com crianças, em seu capítulo “Pesquisa Etnográfica com Crianças Pequenas: Aproximações Teórico-Metodológicas.

No capítulo “A Qualidade no Ensino à Distância: o Novo Aluno e o Novo Professor”

Jéssica Reis Silvano Barbosa e Gislaine Reis elaboram uma reflexão sobre a expansão do ensino à distância e analisam as mudanças advindas dessa expansão para o ramo da educação virtual. Já os autores Karla dos Santos Guterres Alves e Antônio Luiz Santana objetivam compreender a relação entre a Grounded Theory e o processo de reflexividade que envolve a pesquisa científica em seu capítulo “A Reflexividade na Grounded Theory”. Na sequência, Raimundo Ribeiro Passos, Afrânio Ferreira Neves Junior, Paulo Rogério da Costa Couceiro, Genoveva Chagas de Azevedo, Maria Marly de Oliveira Coêlho e Valdete da Luz Carneiro através de “Análise do Instrumento de Autoavaliação Institucional Utilizado na UFAM nos Anos de 2014 e 2015” realizam uma análise dos instrumentos utilizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Amazonas, e a verificação de sua evolução no processo avaliativo interno de 2014 e 2015.

Na perspectiva dos planejamento de sistemas universitários estaduais brasileiros, Nelson De Abreu Júnior Apresenta “Aspectos Socioeconômicos na Espacialização da Universidade Estadual de Goiás”, capítulo no qual se encontra uma pesquisa documental combinada com a análise de dados estatísticos acerca da educação superior pública estadual em Goiás. Tendo por objetivo apresentar e discutir a temática da avaliação da aprendizagem na área da Educação Física escolar, e apontar suas relações com os currículos Alessandra Andrea Monteiro e Vilma Lení Nista-Piccolo são as autoras de: “Avaliação da Aprendizagem na Educação Física Escolar na Rede Municipal de São Paulo e Paulo Freire: Aproximações e Distanciamentos”. Nesse sentido também, Andreia Gasparino Fernandes avalia através de uma revisão temática a problemática da garantia de vagas em creches públicas municipais do município de São José do Rio Preto frente à legislação educacional vigente em “Avaliação da Política de Oferta de Vagas em Creches na Rede Pública Municipal de Ensino de São José do Rio Preto”.

Sob a ótica da organização das diretrizes operacionais de ensino Alderita Almeida de Castro e Sueli Aparecida de Souza refletem sobre a implementação da avaliação das aprendizagens enquanto impulsionadora do processo do conhecimento na educação básica do Estado de Goiás, entre os anos de 2009 e 2014 no capítulo “Avaliação das Aprendizagens: a Significativa Ascensão do IDEB nas escolas do Estado de Goiás do ano de 2009 a 2014”. Tendo em vista a Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) Glauco da Silva Aguiar e Ligia Gomes Elliot exploram o conceito de Oportunidade de Aprendizagem trazido pelo PISA 2012, analisando o desempenho do Brasil e de mais 11 países em “Avaliação em Matemática: Uso dos Resultados do Pisa 2012”.

No capítulo “Avaliação: Concepções e Implicações na Educação Infantil” Natascha Carolina de Oliveira Gervázi, Marcos Vinícius Meneguel Donati e José Roberto Boettger Giardinetto desenvolvem uma reflexão sobre a avaliação na Educação Infantil, através da análise e orientação a correta utilização da ferramenta portfólio. Ainda na perspectiva avaliativa Rosemary Farias Rufino, Santana Elvira Amaral da

Rocha e **Núbia do Socorro Pinto Breves** apresentam o capítulo “Avaliações em Larga Escala: Contribuições da ADE para Atingir a Meta da Proficiência no SAEB/INEP em Escolas Públicas Municipais de Manaus” no qual retratam a percepção dos estudantes em relação às contribuições das avaliações em larga escala no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas de ensino fundamental do município de Manaus.

Na sequência Andrialex William da Silva, Tarcileide Maria Costa Bezerra, Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro e Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro exibem “Concepções de Professores sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: uma Visão Romântica ou Direito à Educação?” No qual discutem as concepções dos profissionais do sistema educacional do município Jardim de Angicos (RN) sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Ainda na perspectiva inclusiva, o capítulo “Criatividade e Altas Habilidades/Superdotação” de Guacira Quirino Miranda, Arlete Aparecida Bertoldo e Priscila Miranda Chaves apresenta uma revisão bibliográfica sobre a relação da criatividade com as altas habilidades/superdotação. Em “Desenhos e Desenhos: Conselhos Municipais de Educação” Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias e Rosimar de Fátima Oliveira analisam os elementos comuns do desenho institucional dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) no Brasil, como um dos fatores capazes de potencializar os esperados resultados democráticos dessas instâncias colegiadas.

A seguir Gildene do Ouro Lopes Silva, Amanda Lázari e Amanda Calefi Felex embasadas pelo modelo Oakland, Glutting E Horton realizaram a identificação dos estilos de aprendizagem em escolares do quarto ano do ensino fundamental no capítulo intitulado “Estilos de Aprendizagem no Modelo de Oakland, Glutting e Horton em Escolares do Ensino Fundamental I”. Já em “Financiamento da Educação: uma Análise a partir do Gasto Aluno-Ano nos Municípios do Paraná” Jokasta Pires Vieira Ferraz, Andrea Polena e Simony Rafaeli Quirino verificam o perfil de gasto aluno-ano dos municípios do Paraná, em 2014, em relação ao porte dos municípios. Em “Ideias Higienistas na Revista Pedagogium (1922-1923)” Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes, Arthur Beserra de Melo e Marlúcia Menezes de Paiva analisam a ocorrência de ideias higienistas na revista Pedagogium, durante os anos de 1922 e 1923.

Laura Renata Dourado Pereira em “O Ensino da Arte e a Interdisciplinaridade: Novos Modos de Pensar sobre a Produção do Conhecimento” propõe uma reflexão sobre a interdisciplinaridade como um possível caminho para superar a fragmentação do conhecimento existente. Na sequência, “O Professor como Mediador nas Habilidades de Leitura” de Clarice de Matos Oliveira e Thenner Freitas da Cunha analisa como o professor de Língua Portuguesa pode ser um facilitador no desenvolvimento das habilidades de leitura aferidas nas avaliações educacionais em larga escala. Na perspectiva do Projeto de Lei 7.180/14, Ana Carolina Fleury e Ivo Monteiro de Queiroz apresentam “O Projeto Escola Sem Partido e a Construção

de uma Educação Burguesa no Século XXI” a fim de compreender os conceitos e detectar a existência de uma relação entre a proposta, os fundamentos da educação e a perspectiva marxista. Em “Observatório Eçaí: a Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e outros Direitos Humanos na Fronteira Brasil-Bolívia” Cláudia Araújo de Lima sistematiza uma observação das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência bem como investiga os fenômenos de violações de direitos de crianças e adolescentes na região da fronteira.

No capítulo “Os Desafios e as Demandas Socioculturais Brasileiras Frente à Inclusão Escolar” de Evaldo Batista Mariano Júnior, Maria Aparecida Augusto Satto Vilela e Valeska Guimarães Rezende da Cunha os autores retomam a temática das políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão escolar com o intuito de fornecer subsídios a profissionais que atendam alunos portadores de necessidades especiais. Marcelo da Silva Machado em “Pacto Federativo na Educação e a Participação da União no Financiamento da Educação em Municípios da Região Metropolitana do Rio De Janeiro” realiza uma investigação sobre o pacto federativo e sua repercussão, entre os anos de 2008 e 2018, sobre o aumento das responsabilidades dos municípios na oferta de matrículas e, também de financiamento da educação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

“Pedagogia Waldorf e Salutogênese: razões e caminhos no/do cotidiano escolar” de Elaine Marasca Garcia da Costa, Vilma Lení Nista-Piccolo reflete sobre a possibilidade de a área da Saúde ser edificada junto à Educação através da convergência de dois conceitos: a Salutogênese e o método pedagógico Waldorf. Na perspectiva de estabelecer um perfil do uso e descarte de óleo vegetal utilizado para o preparo de alimentos em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica de Tubarão Douglas Bardini Silveira, Eduardo Aquini e Isonel Maria Comelli Pave desenvolvem “Perfil de Descarte de Óleo de Cozinha em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica Situadas no Município de Tubarão, SC”. A fim de discutir a relação dos temas desenvolvidos na disciplina Filosofia das Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, e suas possíveis aproximações e com a pesquisa sobre objetos de estudo associados ao higienismo dentro do campo da História da Educação, Arthur Beserra de Melo, Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes e Marlúcia Menezes de Paiva fundamentam o capítulo “Relações entre Temas da Disciplina Filosofia das Ciências e a Pesquisa sobre Higienismo no Campo da História da Educação”.

No capítulo “Representações Sociais das Práticas dos Professores de Educação Física acerca da Educação Física Escolar”, Bruno Viviani dos Santos, Sabrina Araujo de Almeida e Pedro Humberto Faria Campos analisam a representação social da prática pedagógica de 103 professores de Educação Física do ensino fundamental. Em “Sistema de Avaliação Escolar”, Katia Verginia Pansani traz um Relato de Experiência sobre os resultados positivos do Sistema de Avaliação Escolar – SAEsc no Colégio Progresso Campineiro. Para proporcionar uma compreensão sobre as

políticas públicas de financiamento, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Jhonathan Martins da Costa, Carlos José de Farias Pontes e Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade publicam “Um Olhar Inicial a Respeito das Políticas Públicas de Financiamento no Brasil: Compreendendo o FUNDEB”. Laís Takaesu Ernandi, Willian Pereira da Silva, Suédina Brizola Rafael Rogato no capítulo “Uso do Medicamento na Infância: Reflexões sobre a Atuação Docente no Processo da Medicalização do Ensino” buscaram discutir o processo de medicalização na infância e a necessidade de problematização dessa questão.

Os textos, relatos de prática e conclusões de pesquisas tangentes às questões educacionais que compõem esse terceiro volume da obra Formação, Prática e Pesquisa em Educação portanto operam em favor de qualificar a produção do ensino superior brasileiro e subsidiar novas pesquisas, constituindo-se assim em importante devolutiva à sociedade dos investimentos feitos com a formação de profissionais da educação e pesquisadores.

Tascieli Feltrin

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS	
<i>Fabiana Boff Grenzel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9211903091</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA PRÉ-SILÁBICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA PERSPECTIVA DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: UM BREVE ESTUDO DE CASO	
<i>Telma Maria de Freitas Araújo</i>	
<i>Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte</i>	
<i>Maria Estela Costa Holanda Campelo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9211903092</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
A EVASÃO COMO SUBSÍDIO PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO COM CURSOS DE ENGENHARIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
<i>Joice Pereira da Silva Carvalho</i>	
<i>Simone Portella Teixeira de Mello</i>	
<i>Daniela Vieira Amaral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9211903093</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
A HISTÓRIA ORAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: TRÊS LEITURAS METODOLÓGICAS	
<i>Marcos Gonzaga</i>	
<i>Regina Magna Bonifácio de Araújo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9211903094</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>42</b>
A MOTIVAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE FRANCÊS NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEM: ENTENDIMENTO E DESAFIOS	
<i>Edson José Gomes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9211903095</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>54</b>
A PERCEPÇÃO DE PROFESSORE(A)S SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO INCLUSIVO	
<i>Rayuska Dayelly de Andrade</i>	
<i>Sueldes de Araújo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9211903096</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>62</b>
A PESQUISA ETNOGRÁFICA COM CRIANÇAS PEQUENAS: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	
<i>Andressa Grazielle Brandt</i>	
<i>Nadja Regina Sousa Magalhães</i>	
<i>Aline Aparecida Cezar Costa</i>	

**CAPÍTULO 8 ..... 72**

**A QUALIDADE NO ENSINO À DISTÂNCIA: O NOVO ALUNO E O NOVO PROFESSOR**

*Jéssica Reis Silvano Barbosa*

*Gislaine Reis*

**DOI 10.22533/at.ed.9211903098**

**CAPÍTULO 9 ..... 80**

**A REFLEXIVIDADE NA GROUNDED THEORY**

*Karla dos Santos Guterres Alves*

*Antônio Luiz Santana*

**DOI 10.22533/at.ed.9211903099**

**CAPÍTULO 10 ..... 88**

**ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UTILIZADO NA UFAM NOS ANOS DE 2014 E 2015**

*Raimundo Ribeiro Passos*

*Afrânio Ferreira Neves Junior*

*Paulo Rogério da Costa Couceiro*

*Genoveva Chagas de Azevedo*

*Maria Marly de Oliveira Coêlho*

*Valdete da Luz Carneiro*

**DOI 10.22533/at.ed.92119030910**

**CAPÍTULO 11 ..... 100**

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NA ESPACIALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

*Nelson de Abreu Júnior*

**DOI 10.22533/at.ed.92119030911**

**CAPÍTULO 12 ..... 109**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO E PAULO FREIRE: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS**

*Alessandra Andrea Monteiro*

*Vilma Lení Nista-Piccolo*

**DOI 10.22533/at.ed.92119030912**

**CAPÍTULO 13 ..... 119**

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE OFERTA DE VAGAS EM CRECHES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

*Andreia Gasparino Fernandes*

**DOI 10.22533/at.ed.92119030913**

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>130</b>
AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: A SIGNIFICATIVA ASCENSÃO DO IDEB NAS ESCOLAS DO ESTADO DE GOIÁS DO ANO DE 2009 A 2014	
<i>Alderita Almeida de Castro</i> <i>Sueli Aparecida de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030914</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>141</b>
AVALIAÇÃO EM MATEMÁTICA: USO DOS RESULTADOS DO PISA 2012	
<i>Glauco da Silva Aguiar</i> <i>Lígia Gomes Elliot</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030915</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>154</b>
AVALIAÇÃO: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Natascha Carolina de Oliveira Gervázi</i> <i>Marcos Vinícius Meneguel Donati</i> <i>José Roberto Boettger Giardinetto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030916</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>162</b>
AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: CONTRIBUIÇÕES DA ADE PARA ATINGIR A META DA PROFICIÊNCIA NO SAEB/INEP EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE MANAUS	
<i>Rosemary Farias Rufino</i> <i>Santana Elvira Amaral da Rocha</i> <i>Núbia do Socorro Pinto Breves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030917</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>174</b>
CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA VISÃO ROMÂNTICA OU DIREITO À EDUCAÇÃO?	
<i>Andrialex William da Silva</i> <i>Tarcileide Maria Costa Bezerra</i> <i>Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro</i> <i>Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030918</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>183</b>
CRIATIVIDADE E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	
<i>Guacira Quirino Miranda</i> <i>Arlete Aparecida Bertoldo</i> <i>Priscila Miranda Chaves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030919</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>191</b>
DESENHOS E DESENHOS: CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias</i> <i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	

DOI 10.22533/at.ed.92119030920

**CAPÍTULO 21 ..... 203**

ESTILOS DE APRENDIZAGEM NO MODELO DE OAKLAND, GLUTTING E HORTON EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

*Gildene do Ouro Lopes Silva*

*Amanda Lázari*

*Amanda Calefi Felex*

DOI 10.22533/at.ed.92119030921

**CAPÍTULO 22 ..... 211**

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GASTO ALUNO-ANO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

*Jokasta Pires Vieira Ferraz*

*Andrea Polena*

*Simony Rafaeli Quirino*

DOI 10.22533/at.ed.92119030922

**CAPÍTULO 23 ..... 224**

IDEIAS HIGIENISTAS NA REVISTA PEDAGOGIUM (1922-1923)

*Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes*

*Arthur Beserra de Melo*

*Marlúcia Menezes de Paiva*

DOI 10.22533/at.ed.92119030923

**CAPÍTULO 24 ..... 232**

O ENSINO DA ARTE E A INTERDISCIPLINARIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

*Laura Renata Dourado Pereira*

DOI 10.22533/at.ed.92119030924

**CAPÍTULO 25 ..... 241**

O PROFESSOR COMO MEDIADOR NAS HABILIDADES DE LEITURA

*Clarice de Matos Oliveira*

*Thenner Freitas da Cunha*

DOI 10.22533/at.ed.92119030925

**CAPÍTULO 26 ..... 250**

O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO BURGUESA NO SÉCULO XXI

*Ana Carolina Fleury*

*Ivo Monteiro de Queiroz*

DOI 10.22533/at.ed.92119030926

**CAPÍTULO 27 ..... 262**

OBSERVATÓRIO EÇAÍ: A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OUTROS DIREITOS HUMANOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

*Cláudia Araújo de Lima*

DOI 10.22533/at.ed.92119030927

**CAPÍTULO 28 ..... 271**

OS DESAFIOS E AS DEMANDAS SOCIOCULTURAIS BRASILEIRAS FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

*Evaldo Batista Mariano Júnior*

*Maria Aparecida Augusto Satto Vilela*

*Valeska Guimarães Rezende da Cunha*

DOI 10.22533/at.ed.92119030928

**CAPÍTULO 29 ..... 283**

PACTO FEDERATIVO NA EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

*Marcelo da Silva Machado*

DOI 10.22533/at.ed.92119030929

**CAPÍTULO 30 ..... 309**

PEDAGOGIA WALDORF E SALUTOGÊNESE: RAZÕES E CAMINHOS NO/DO COTIDIANO ESCOLAR

*Elaine Marasca Garcia da Costa*

*Vilma Lení Nista-Piccolo*

DOI 10.22533/at.ed.92119030930

**CAPÍTULO 31 ..... 323**

PERFIL DE DESCARTE DE ÓLEO DE COZINHA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA SITUADAS NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC

*Douglas Bardini Silveira*

*Eduardo Aquini*

*Isonel Maria Comelli Pavei*

DOI 10.22533/at.ed.92119030931

**CAPÍTULO 32 ..... 331**

RELAÇÕES ENTRE TEMAS DA DISCIPLINA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS E A PESQUISA SOBRE HIGIENISMO NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

*Arthur Beserra de Melo*

*Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes*

*Marlúcia Menezes de Paiva*

DOI 10.22533/at.ed.92119030932

**CAPÍTULO 33 ..... 342**

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

*Bruno Viviani dos Santos*

*Sabrina Araujo de Almeida*

*Pedro Humberto Faria Campos*

DOI 10.22533/at.ed.92119030933

<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>355</b>
SISTEMA DE AVALIAÇÃO ESCOLAR	
<i>Katia Verginia Pansani</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030934</b>	
<b>CAPÍTULO 35</b> .....	<b>363</b>
UM OLHAR INICIAL A RESPEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO NO BRASIL: COMPREENDENDO O FUNDEB	
<i>Jhonathan Martins da Costa</i>	
<i>Carlos José de Farias Pontes</i>	
<i>Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030935</b>	
<b>CAPÍTULO 36</b> .....	<b>372</b>
USO DO MEDICAMENTO NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DA MEDICALIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Laís Takaesu Ernandi</i>	
<i>Willian Pereira da Silva</i>	
<i>Suédina Brizola Rafael Rogato</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030936</b>	
<b>CAPÍTULO 37</b> .....	<b>383</b>
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO FORMATIVA NO COTIDIANO DAS SESSÕES TÓRIAS	
<i>Débora Cabral Nunes Polaz</i>	
<i>Raquel Aparecida de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030937</b>	
<b>CAPÍTULO 38</b> .....	<b>390</b>
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MATO GROSSO DO SUL: INDICADORES DE MATRÍCULAS (2007-2016)	
<i>Wania Regina Aranda da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030938</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>416</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>417</b>

## FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GASTO ALUNO-ANO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

### **Jokasta Pires Vieira Ferraz**

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba - Paraná

### **Andrea Polena**

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba - Paraná

### **Simony Rafaeli Quirino**

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba - Paraná

coeficiente de variação de 25,8%, evidenciam desigualdade no gasto-aluno-ano. Aplicando-se a correlação de Spearman verificou-se uma associação negativa fraca entre Gasto-aluno e Receitas de impostos, assim como, entre Gasto-aluno e População. Foi encontrada uma correlação moderada negativa entre Gasto-aluno e Matrículas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gasto-aluno; Direito à educação; Financiamento da Educação; Políticas educacionais.

### FINANCING OF EDUCATION: AN ANALYSIS FROM THE SPENDING PER STUDENT OF PARANÁ CITIES

**ABSTRACT:** The objective of this research is to identify the expenditure per student in the cities of the state of Paraná in 2014, considering city's pulation size, tax collection and number of enrolled students. Furthermore, talk about about education financing and rights of education. The sources of this research is: the municipal financial data, made available by the National Treasury, in the Finances of Brazil archive (Finbra); school census enrollment data and population data from the 2010 Census. Considering the minimum and maximum spending per student of the 362 cities analyzed, and the coefficient of variation of 25.8% the general results evince inequality os spending per student. Applying the Spearman correlation, there was a weak

\* Texto adaptado a partir do artigo original publicado na Revista de Financiamento da Educação, volume 8, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v8-70121>

**RESUMO:** Este artigo verifica o perfil de gasto aluno-ano dos municípios do Paraná, em 2014, em relação ao porte dos municípios, a receita de impostos e a quantidade de matrículas, além de abordar a discussão sobre o financiamento e o direito à educação. Para isso, foram utilizadas as seguintes fontes: dados financeiros municipais, disponibilizados pelo Tesouro Nacional, por meio do arquivo Finanças do Brasil (Finbra); dados de matrícula, do Censo escolar de 2014 e dados populacionais do Censo de 2010. Os resultados gerais na análise dos 362 municípios, considerando os valores mínimo, máximo e

negative association between Student Spending and tax collection, as well as between Student Spending and Population. A moderate negative correlation was found between expenditure per student and school enrollment.

**KEYWORDS:** Spending per student; Right to education; Financing of Education; educational policies.

## 1 | FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Conforme o artigo 212 da CF/1988, ratificado pelo artigo 69 da LDB 9394/96, esses recursos deverão ser nunca menos de 18% da receita de impostos da União e nunca menos de 25% da receita de impostos de Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aqueles provenientes de transferências, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE administra um quantitativo importante de recursos. Esses recursos se caracterizam como outra importante fonte de financiamento da educação dos municípios, para além dos já mencionados, percentuais vinculados a receita de impostos. Segundo Cruz (2009, p. 216), os repasses de recursos especificamente do FNDE ocorrem mediante três tipos de ações de assistência financeira: a direta, a automática e a voluntária.

As ações de Assistência Financeira Direta, de acordo com a autora, são aquelas nas quais o próprio FNDE executa a aquisição e a distribuição de produtos entre estados e municípios. São exemplos: o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD e o Programa Nacional da Informática na Educação - PROINFO. Ressalta-se, contudo, que como os produtos desses programas são adquiridos e distribuídos pelo próprio FNDE, em geral, os mesmos não aparecem como metas nos orçamentos anuais dos entes subnacionais.

Os repasse de recursos podem ter caráter constitucional ou legal. As que possuem caráter constitucional, de acordo com a autora, são aquelas determinadas pela Constituição Federal, como as quotas estaduais e municipais do salário-educação e a complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, para os fundos estaduais que assim necessitarem. E as que possuem caráter legal são determinadas por meio de leis específicas que determinam a forma de transferência e de prestação de contas. São exemplos: o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE; o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Por fim, as Ações de Assistência Financeira Voluntária são um tipo de transferência discricionária que decorre, na maioria das vezes, de convênios para o financiamento de projetos educacionais. Tais recursos também poderão estar presentes na proposta orçamentária anual dos entes federados.

O Fundeb (BRASIL, 2007) é outra importante fonte de recursos para a educação

nos municípios que ganham com o mesmo, ou seja, quando o município recebe recursos maiores dos quais enviou para o Fundo. Esse Fundo é uma subvinculação do percentual mínimo constitucional, vinculado à educação e se caracteriza como um fundo de natureza contábil que possui caráter provisório, com prazo de vigência de 14 anos.

A distribuição dos recursos do Fundeb ocorre pela proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica presencial conforme os dados apurados no censo escolar do ano anterior, sendo que os municípios são responsáveis prioritariamente pela educação infantil e ensino fundamental e os estados pelo ensino fundamental e médio. Ainda aplica-se fatores de ponderação diferenciados em relação às distintas etapas, modalidades e localização do estabelecimento de ensino, fixados anualmente pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica. Entretanto, cabe elucidar que os recursos recebidos, tendo como referência as matrículas de cada etapa e/ou modalidade, não precisam necessariamente ser gastos na mesma, sendo o fator de ponderação critério para redistribuição e não um determinante para execução do recurso.

Quanto à utilização dos recursos recebidos por estados e municípios, tanto a EC n.º 53/06 quanto a Lei n.º 11.494/07 determinam que no mínimo 60% dos recursos sejam destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. O restante dos recursos deve ser utilizado, segundo a lei regulamentadora do Fundo, em ações consideradas como de MDE para a educação básica pública.

## 2 | GASTO ALUNO-ANO: LOCALIZANDO O OBJETO DA ANÁLISE

Apesar de usualmente serem tratados como sinônimos, custo e gasto, mesmo que se relacionem, têm conceitos e aplicabilidades distintas para contabilidade, “*pode-se dizer que todo custo, em um primeiro momento, foi um gasto, mas que nem todo gasto será um custo*” (SILVA, 2007, p. 63). Diferente do gasto que representa qualquer dispêndio, o custo representa os valores destinados a um fim, na indústria é comumente usado no controle dos processos. No setor público Silva (2007) avalia que o custo é relacionado erroneamente à execução orçamentária, tendo em vista que o custo diz respeito ao processo e não à aplicação final.

Custo, na pesquisa de Gouveia et al. (2005), diz respeito aos insumos necessários para a instalação e funcionamento dessas escolas. Neste estudo as escolas foram escolhidas mediante alguns critérios, tais como o Índice de Escolha de Escola - IEE, a confirmação, via informante, sobre a qualidade da escola e localizar-se em Curitiba, Londrina ou Maringá. Os dados levantados que permitiram tal análise foram informações diretamente coletadas com as escolas sobre docentes, funcionários não docentes, material de consumo, material permanente, outros insumos e um total de

custo com e sem instalações e o custo das instalações em separado.

A investigação de Gouveia *et al.* (2005) evidencia a complexidade do cálculo do custo aluno-ano, e poderíamos agregar outras variáveis a essa conta, como o trabalho de voluntários ou ações como mutirões para melhorias e reparos nas escolas. Além disso, é sabido que as escolas gerenciam recursos próprios, provenientes de doações, eventos e arrecadações e esses recursos são utilizados na manutenção das escolas, mas sem contabilizar no gasto público municipal. Os custos encontrados em 2005, nas 13 escolas do estado do Paraná, variavam entre R\$ 860,45 e R\$ 5.637,76.

Farenzena e Machado (2006, p. 279) definem custo educacional como “recursos ou meios utilizados para a oferta do serviço educacional, expressos em valores monetários.” A pesquisa trabalhou com uma amostra de 196 escolas e para o cálculo do custo utilizou-se o salário bruto dos docentes e não-docentes, multiplicado por 13,3, ou seja, 12 meses mais o pagamento do 13º salário e o terço de férias, também foram considerados os encargos patronais multiplicando por 1,12, foi acrescentado 25% ao custo com pessoal para representar os demais custos das escolas.

Alves (2012) formula um modelo de previsão de custos e aplica em municípios do estado de Goiás e discute os termos custo e gasto. Na discussão, o custo é apresentado como um “termo consagrado nas pesquisas sobre financiamento da educação” (ALVES, 2012, p. 95), mas que carece de um delineamento em relação a outros termos que também são utilizados. A partir das pesquisas acima mencionadas procurou-se exemplificar a natureza e os objetos de algumas pesquisas sobre custo, o diálogo com os referidos trabalhos e as observações sobre gasto e custo, feitas a partir de Silva (2007). Essas permitem indicar as similitudes e diferenças metodológicas entre a pesquisa desenvolvida nesse artigo e as pesquisas que trabalham com custo. Adiante, seguimos com a explicitação das escolhas metodológicas usadas no desenvolvimento desse estudo sobre o gasto aluno-ano, nos municípios paranaenses.

### 3 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

Procurando responder ao objetivo principal do estudo os valores de gasto em educação, no ano de 2014, foram calculados a partir dos dados disponíveis no site do Tesouro Nacional, extraídos do arquivo Finbra, da tabela “Despesas por função (Anexo I-E)” e selecionado “Despesas pagas” conta “12 - Educação” e descontados os valores de “12.364 - Ensino Superior” e “12.999 - Demais Subfunções Educação”. Cabe destacar que 33 municípios foram excluídos por falta de valores no arquivo Finbra, além do município de Goioxim que lançou apenas as informações referentes ao código “12.999 - Demais Subfunções Educação”, ficando com valor zerado, restando 365 municípios para a análise inicial.

As informações de matrículas das redes municipais foram obtidas pelos dados disponibilizados no Laboratório de Dados Educacionais (LDE) – Indicador “Número

de Matrículas”, cuja fonte são os microdados do Censo Escolar. A fórmula do Gasto-aluno (GA) pode ser observada abaixo:

$$GA = \frac{Desp\_Educ}{Mat\_Mun}$$

Onde,

GA = gasto aluno

Desp\_Educ = Despesas em Educação – Despesas ensino superior  
– Demais subfunções educação

Mat\_Mun = Matrículas municipais

Não foram consideradas as matrículas das escolas conveniadas com o poder público (essas representam 2,8% do total de matrículas do estado), pois seria necessário um refinamento no tipo de convênio (estadual/municipal ou ambos). O estado do Paraná possui 399 municípios e esses possuem uma grande diversidade na capacidade arrecadatória e, no que tange à educação, os municípios ficam com a tarefa de atender as etapas e modalidades com maior demanda (Educação infantil e Ensino Fundamental anos iniciais). Dessa forma, entendemos que tais características podem refletir diretamente na oferta dos serviços públicos, fragilizando o atendimento da educação nos municípios que possuem baixa arrecadação.

Procurando verificar os valores de receitas de impostos próprios dos municípios foram utilizados os dados disponíveis no *site* do Tesouro Nacional, extraídos do arquivo Finbra, da tabela “Receitas orçamentárias (Anexo I-C)” e selecionadas as contas de “Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR”, “Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU”, “Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR”, “Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI”, “Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN”, assim como “Multas”, “Receitas Dívida Ativa” e “Multas e juros de mora da Dívida ativa” de cada um desses impostos.

Também se verificou a correlação entre os valores de gasto aluno-ano e a variável porte do município e a correlação entre os valores de gasto aluno-ano e a variável quantidade de matrículas que também foram distribuídas em faixas. Como já destacado acima, as informações de matrículas das redes municipais foram obtidas pelos dados disponibilizados no Laboratório de Dados Educacionais (LDE) – Indicador “Número de Matrículas”.

#### 4 | RESULTADOS

A análise descritiva das variáveis desse estudo nos municípios paranaenses (tabela 1) foi realizada com os 365 municípios que apresentaram dados em todas

as variáveis selecionadas (Gasto-aluno, Receita de impostos próprios, População e Matrículas). Verificou-se que esses municípios são essencialmente de pequeno porte, pois 76,7% apresentam população abaixo de 20.000 habitantes, suas redes de ensino também são pequenas, pois 77,3% possuem menos de 2.000 matrículas e 79,2% possuem uma arrecadação própria abaixo de 30 milhões de reais.

		Gasto aluno-ano (R\$)	Receita de Impostos (R\$)	População	Matrículas
N	Válido	365	365	365	365
Média		5.839,90	33.692.112,16	28.338	2.548
Mediana		5.568,49	15.471.787,46	9.038	912
Desvio Padrão		1.506,24	109.271.869,36	109.132	8.051
Mínimo		1.644,81	8.435.825,55	1.416	190
Máximo		17.208,66	1.895.061.335,97	1.864.416	1.328.86
Percentis	25	4.919,62	11.141.299,40	5.163	547
	50	5.568,49	15.471.787,46	9.038	912
	75	6.487,65	25.977.459,09	17.973	1.827

TABELA 1: ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS DE INTERESSE E EXPLICATIVAS

Fonte: Dados do Finbra (2014), Censo Escolar (2014) e Censo IBGE (2010). Elaborado pelas autoras (2018).

A partir da análise das medidas descritivas e da distribuição do gasto aluno-ano (Gráfico 1) verificou-se que os 365 casos possuem Média de R\$ 5.839,90 e um coeficiente de variação de 25,8% que pode ser considerado alto. A distribuição dos valores de gasto aluno-ano apresenta 50% dos valores entre R\$ 4.919,62 e R\$ 6.487,65 (2º e 4º quartil), com valores discrepantes, isto é, acima e abaixo de 1,5 desvio padrão e 3 casos de *outliers* (valores acima de R\$13.000,00). Mediana e média estão relativamente próximas, demonstrando simetria dos valores. As variáveis de Receita de impostos, população e matrículas possuem um coeficiente de variação muito alto devido a presença da capital (Curitiba) que é muito dispare em relação aos municípios paranaenses.

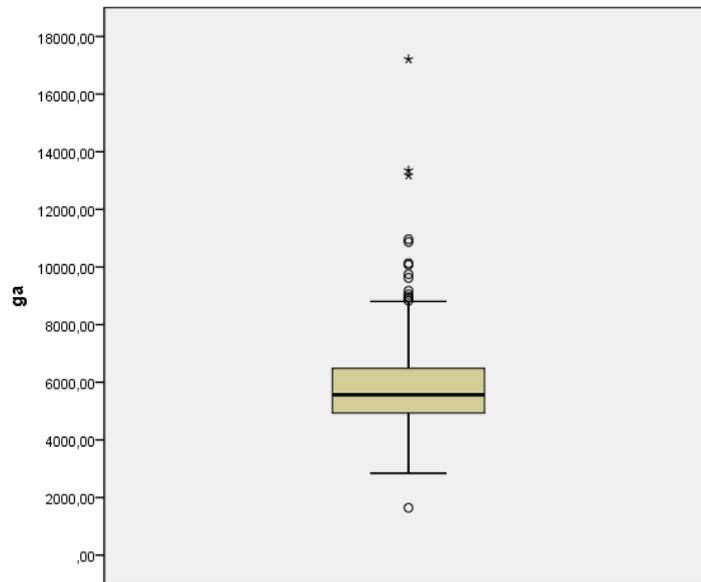


GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DO GASTO ALUNO-ANO (EM REAIS) DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - 2014.

Fonte: Dados do Finbra (2014), Censo Escolar (2014). Elaborado pelas autoras (2018).

Analisando os dados, verificou-se que os municípios que apresentam os maiores valores de gasto-aluno (acima de R\$ 10.000,00) possuem pequena rede de ensino (abaixo de 300 matrículas), população abaixo de 5.000 habitantes e receita de impostos próprios com média de 10 milhões de reais. Em contrapartida, os municípios com os menores valores de gasto-aluno (abaixo de R\$ 4.000,00) possuem diversidade no tamanho da rede de ensino, no porte do município e na receita de impostos próprios.

Buscando um panorama geográfico das diferenças do gasto aluno-ano foi desenvolvido um mapa com os valores das redes municipais (Figura 1).

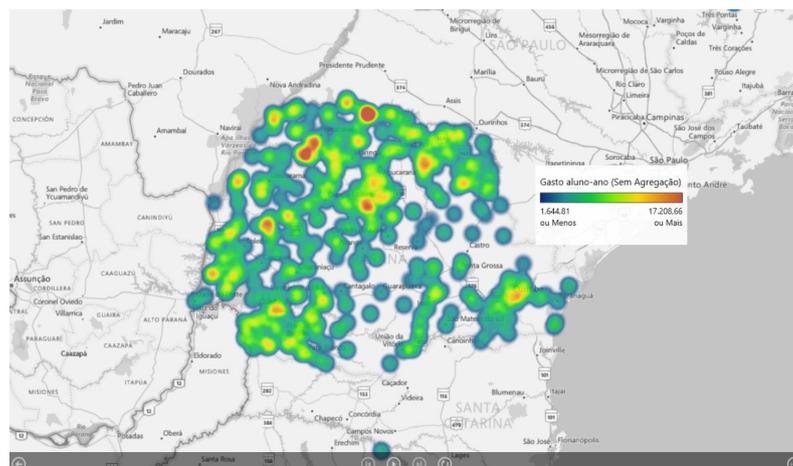


FIGURA 1: GASTO ALUNO-ANO DAS REDES MUNICIPAIS PARANAENSES - 2014.

Fonte: Dados do Finbra (2014), Censo Escolar (2014) e Censo IBGE (2010). Elaborado pelas autoras (2018).

Observando o mapa podemos identificar que os pontos em que o gasto aluno-ano é maior estão próximos a grandes cidades do estado e não foi identificada

segregação por região, a não ser pela região sul e centro-oriental do estado que apresentam valores menores de gasto aluno-ano. No mais todas as regiões são visualmente heterogêneas quanto à distribuição do gasto aluno-ano.

Feita a representação geográfica, passamos a analisar as variáveis selecionadas. Para isto, optou-se por retirar os 3 municípios considerados *outliers* (Guaporema, Santa Inês e Lupionópolis), buscando verificar a correlação entre os valores de gasto aluno-ano associados à população do município, receita de impostos próprios e número de matrículas, assim sendo, a análise daqui em diante considera 362 dos 399 municípios paranaenses.

As tabelas 2 a 4 apresentam os resultados entre gasto aluno-ano e as variáveis de resposta para verificar possíveis relações.

População dos municípios (habitantes)	Total de municípios por faixa população	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Coefficiente de variação
até 5.000	88	6.732,76	6.698,52	2.842,95	10.962,26	22,0%
de 5.001 a 10.000	98	5.688,27	5.563,19	4.036,34	9.752,24	18,9%
de 10.001 a 20.000	96	5.552,54	5.565,26	1.644,81	7.841,97	17,2%
de 20.001 a 50.000	50	5.035,50	4.946,40	3.736,18	8.955,44	18,0%
de 50.001 a 100.000	13	4.873,52	5.062,42	2.931,88	5.763,82	17,7%
de 100.001 a 500.000	15	5.020,63	4.868,12	4.168,46	6.981,73	14,4%
acima de 500.000	2	7.204,30	7.204,30	6.126,11	8.282,49	21,2%
Total dos municípios	362	5.767,47	5.556,57	1.644,81	10.962,26	22,1%

TABELA 2 – GASTO ALUNO-ANO (EM REAIS) POR PORTE DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - 2014.

Fonte: Dados do Finbra (2014), Censo Escolar (2014) e Censo IBGE (2010). Elaborado pelas autoras (2018).

Assim, quando classificamos e analisamos os municípios por porte populacional, conforme demonstra a tabela 2, verifica-se que as faixas de 5.001 a 100.000 habitantes possuem coeficiente de variação muito parecidos e que a faixa até 5.000 habitantes é a que apresenta o maior coeficiente de variação (22%). Então, a maior diferença está no grupo dos municípios muito pequenos, que pertencem a primeira faixa populacional, estes municípios representam 24% da amostra, o que denota uma ocorrência interessante para um estudo futuro com foco apenas nestas cidades. Além disso, cabe ressaltar que dos 88 municípios que compõem a primeira faixa de porte populacional, 72 são municípios cuja oferta educacional contempla até 500 matrículas (81,8%), sendo que os outros 13 municípios do grupo não apresentam mais de 589 alunos em suas redes.

Observou-se também que a faixa de 100.001 a 500.000 habitantes, possui o

menor coeficiente de variação do gasto-aluno (14,4%). Nesse grupo concentram-se 15 cidades, que correspondem a 4,14% dos municípios, seis delas pertencem à região metropolitana de Curitiba (Almirante Tamandaré, Campo Largo, Pinhais, São José dos Pinhais e Araucária), Paranaguá também faz parte da RMC, entretanto se localiza no litoral do estado; da região norte-central temos Maringá, Apucarana e Arapongas; da região oeste os municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo; do centro oriental Ponta Grossa; do centro-sul Guarapuava, e Umuarama da região noroeste.

Os dois municípios com população acima de 500 mil habitantes são a capital do estado, Curitiba, e a cidade de Londrina, maior cidade da região norte do estado.

A análise por faixa de matrículas se encontra na tabela 3 e os resultados corroboram com o destaque dado aos casos dos municípios de pequeno porte.

Matrículas	Total de municípios por faixa de matrícula	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Coeficiente de variação
Até 500	73	6.993,90	6.887,16	2.842,95	10.962,26	21%
de 501 a 1.000	114	5.729,08	5.687,09	3.838,86	9.621,87	17%
de 1001 a 2.000	92	5.493,23	5.479,76	3.762,75	9.752,24	16%
de 2.001 a 5.000	50	5.067,56	4.946,40	1.644,81	8.955,44	21%
de 5.001 a 10.000	18	4.752,55	5.027,60	2.931,88	5.763,82	17%
de 10.001 a 20.000	7	4.713,42	4.760,32	4.168,46	5.262,28	7%
acima de 20.000	8	5.857,58	5.680,33	4.401,77	8.282,49	22%
Total dos municípios	362	5.767,47	5.556,57	1.644,81	10.962,26	22,1%

TABELA 3 – GASTO ALUNO-ANO (EM REAIS) POR FAIXA DE MATRÍCULAS - 2014.

Fonte: Dados do Finbra (2014), Censo Escolar (2014) e Censo IBGE (2010). Elaborado pelas autoras (2018).

Na análise por faixas de matrículas os coeficientes de variação são maiores entre as redes municipais pequenas (até 500 matrículas), médias (entre 2.001 e 5.000 matrículas) e grandes (acima de 20.000 matrículas). A maior média de gasto aluno-ano (R\$ 6.993,90) se encontra na primeira faixa (até 500 matrículas), 89% desses 73 municípios pertencem ao grupo das 100 cidades com menor receita de impostos próprios e todos estão entre as menores cidades em número de população, oito desses municípios (10,95%) tem gasto-aluno entre R\$2.800,00 e R\$ 5.000,00, 53 municípios (72,60%) tem gasto-aluno entre R\$ 5.001,00 e R\$ 8.000,00 e 12 municípios (16,43%) possuem gasto por aluno entre R\$ 8001,00 e R\$11.000,00.

A faixa mais homogênea, com 7% de coeficiente de variação, é a dos municípios que atendem entre 10.001 a 20.000 matrículas, mas essa faixa também tem a menor média de gasto-aluno ano (R\$ 4.713,42), entretanto, nesse grupo se concentram

apenas 7 municípios, dos quais quatro pertencem a região metropolitana de Curitiba (RMC), são eles, Piraquara, Pinhais, Campo Largo e Paranaguá (RMC e litoral), Toledo da região oeste, Apucarana do centro-norte e Guarapuava da região central do estado. Assim sendo, não podemos relacionar a homogeneidade de gasto por aluno desses municípios com a sua localização geográfica, mas estas cidades estão entre as vinte maiores em população, quantidade de matrículas e maior receita de impostos próprios. Na tabela 4 podemos observar o gasto aluno-ano em relação às faixas de receitas de impostos próprios.

Receita de impostos (1.000 reais)	Total de municípios por faixa de receita de impostos próprios	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Coefficiente de variação
Até 15.000	171	6.090,09	5.895,82	2.842,95	10.962,26	22%
de 15.001 a 30.000	115	5.686,95	5.605,61	1.644,81	9.752,24	20%
de 30.001 a 60.000	48	5.154,91	5.081,60	2.931,88	8.955,44	20%
de 60.001 a 120.000	16	4.957,72	5.055,74	3.200,69	5.763,82	13%
de 120.001 a 210.000	6	4.892,51	4.814,22	4.485,26	5.432,07	7%
de 210.001 a 400.000	3	5.037,89	4.585,79	4.401,77	6.126,11	19%
Acima de 400.000	3	7.064,27	6.981,73	5.928,58	8.282,49	17%
Total dos municípios	362	5.767,47	5.556,57	1.644,81	10.962,26	22,1%

TABELA 4 – GASTO ALUNO-ANO (EM REAIS) E RECEITA DE IMPOSTOS PRÓPRIOS - 2014.

Fonte: Dados do Finbra (2014), Censo Escolar (2014) e Censo IBGE (2010). Elaborado pelas autoras (2018).

Quanto ao resultado do perfil do gasto aluno-ano em relação à receita de impostos próprios, observamos na tabela 4 que 79% dos municípios se concentram nas duas primeiras faixas, e estes dois grupos possuem os maiores coeficientes de variação de gasto aluno-ano e indica grande diferença na execução dos recursos por parte dos municípios mais pobres do estado. O grupo mais homogêneo em relação ao gasto aluno-ano tem as receitas de impostos próprios entre 120.001 a 210.000 milhões de reais, entretanto representam apenas 1,65% dos municípios, são esses: Foz do Iguaçu, Cascavel, Paranaguá, Pinhais, Guarapuava e Toledo.

Após analisar os valores de gasto aluno-ano em relação a cada variável explicativa, buscou-se verificar a possível correlação entre elas. Dessa forma, aplicou-se a correlação de *Spearman* e verificou-se uma associação negativa fraca (-0,340) entre “Gasto-aluno” e “Receitas de impostos próprios”, assim como, correlação negativa fraca (-0,472) entre “Gasto-aluno” e “População”. A maior correlação encontrada, considerada moderada, mas também negativa, foi entre “Gasto-aluno” e “Matrículas

(-0,514), isto é, quanto maior o gasto aluno-ano menor o número de matrículas. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo permitiu evidenciar que o gasto-aluno, no ano de 2014, apresentou-se desigual considerando os valores mínimo e máximo do total de municípios, com coeficiente de variação de 22,1%. Portanto, observa-se que existe desigualdade de financiamento da educação no estado considerando os 362 municípios que compõem a análise, embora os valores de gasto aluno-ano apresentem menor variação na faixa de 100.001 a 500.000 habitantes (14,4%). Dessa forma, considerando a diferença de gasto aluno-ano, podemos verificar que os municípios têm condições de financiamento desiguais para efetivar a garantia do direito à educação.

A análise de correlação entre o gasto aluno-ano e a receita de impostos próprios e porte populacional foi fraca e negativa e em relação à quantidade de matrículas foi moderada e negativa, porém, ainda não foi possível explicar de forma conclusiva os motivos para a desigualdade encontrada. Consideramos que para identificar esses fatores de forma detalhada seriam necessários estudos de caso.

Nesse artigo, os municípios da faixa 1 (com até 5.000 habitantes) destacam-se por apresentar o maior coeficiente de variação dentre as faixas analisadas e também por apresentar a maior quantidade de municípios com valores de gasto aluno-ano acima de R\$ 10.000,00. Tais características demonstram que esses municípios demandariam uma análise mais aprofundada.

No que se refere ao banco de dados do Tesouro Nacional, o Finbra, encontramos algumas dificuldades para obtenção de dados para todos os municípios paranaenses, pois 34 cidades ficaram de fora da análise, por falta de dados, além disso, há certa insegurança com relação à consolidação dos dados que podem apresentar mudança nos valores a depender da data de consulta. Há também a possibilidade de lançamento dos dados com erros de preenchimento, como no caso do município do Goioxim que lançou todos os valores em “12.999 - Demais Subfunções Educação”. Além disso, observou-se que 138 municípios apresentaram gastos com ensino superior (estes valores foram subtraídos do cálculo do gasto aluno-ano), entretanto, nos chamou a atenção a quantidade e os altos valores direcionados a este nível de ensino que não compete ao ente federado municipal.

O presente estudo não esgotou todas as possibilidades de análise e também não concluiu quais os fatores que podem influenciar nas desigualdades de gasto aluno-ano nos municípios paranaenses, porém abriu novas frentes de pesquisa e buscou sugerir um caminho metodológico para que outros pesquisadores possam replicar esta pesquisa em outros estados, regiões ou no Brasil todo.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, T. **Desenvolvimento de um modelo de previsão de custos para planejamento de sistemas públicos de educação básica em condições de qualidade: uma aplicação a municípios de Goiás**. 2012. 353 folhas. Tese – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, USP, São Paulo, 2012. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13082012-165657/pt-br.php>> acesso em 11/2018.
- CRUZ, R. E. da. **Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União – o FNDE em destaque**. 434 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122009-101928/](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122009-101928/)> Acesso em: 15 Jun. 2016.
- GOUVEIA, A. B. et al. Custo aluno/ano em escolas com condições de qualidade no Estado do Paraná. In: FARENZENA, N.; VIEIRA, S. L. (Orgs). **Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes de estudos regionais**. Brasília, INEP/MEC, 2005. Disponível em: <[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8biblioteca/pdf/MIOLO\\_Custo\\_e\\_condicoes\\_na\\_qualidade\\_da\\_educacao.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8biblioteca/pdf/MIOLO_Custo_e_condicoes_na_qualidade_da_educacao.pdf)> Acesso em: 15 Jun. 2016.
- GOUVEIA, A. B.; SILVA, I. F. O **gasto aluno-ano** no **Paraná** (Brasil) e a situação de financiamento da educação nas regiões metropolitanas do Estado. Revista Perspectiva, Florianópolis, v.30, nº1, p. 305-331, jan/abril, 2012. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/24761/22196>>. Acesso em: 15 Jun. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 15 Jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. Indicadores Sociais Municipais 2010. **Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010**. 2010b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000647571142011571416899473.pdf>>. Acessado em: 15 Jun. 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Microdados do Censo Escolar 2014**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar/>>. Acesso em: 15 Jun. 2016.
- LABORATÓRIO DE DADOS EDUCACIONAIS. **Indicador de número de Matrículas**. LDE, 2108. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/>. Acessado em: set/2018.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 8/2010**. Disponível em: <[http://www.custoalunoqualidade.org.br/pdf/pceb008\\_10.pdf](http://www.custoalunoqualidade.org.br/pdf/pceb008_10.pdf)> Acesso em: 15 Jun. 2016.
- SILVA, C. A. T. (Org.). **Custos no Setor Público**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2007.
- TESOURO NACIONAL. **Finanças do Brasil - Finbra**, Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>> Acesso em: 15 Jun. 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: 15 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 6.003 de 28 de dezembro de 2006. Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação, a que se referem o art. 212, § 5º, da Constituição, e as Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, seção 1 – 29 dez. 2006, página 37. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-6003-28-dezembro-2006-548904-publicacaooriginal-64117-pe.html>> Acesso em: 15 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 15 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 17 mai. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm)> Acesso em: 15 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm)> Acesso em: 15 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 22 jun. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm)> Acesso em: 15 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Acesso em 09 nov. 2018.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

**Natália Lampert Batista** - Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

**Tascieli Feltrin** - Doutoranda em Educação (UFSM). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Escolar pela UFSM/ UAB (2013). Graduada em Letras licenciatura plena em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e respectivas Literaturas pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES/2011). Tutora do Curso de Formação em Letras Português e Literatura pela UAB/UFSM. Professora de língua portuguesa, Servidora pública na rede municipal de educação de Santa Maria. Atuou como Bolsista no projeto Biblioteca Comunitária: Embarque na Onda da Leitura (FAMES 2010-2011), como educadora no projeto de Extensão Práxis Pré-Vestibular Popular da UFSM (2014) e, como Tutora do Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional UAB/UFSM (2017-2019). Atualmente, também, desenvolve atividades de incentivo à leitura e escrita criativa através da oficina de criação literária ImaginaMundos. Possui experiência nas seguintes áreas de estudo: Educação Popular, Culturas Periféricas, Educação de Jovens e Adultos, História da Educação, Educação Libertária, Literatura Popular e Multiletramentos, experiências educacionais não-escolares e Formação de professores para atuação em contextos de Vulnerabilidade Social.

**Maurício Rizzatti** - Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Doutorando em Geografia (Passagem Direta para o Doutorado) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFSM. Também é integrante do Laboratório de Cartografia e grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM). Pesquisa na área de Cartografia, Geoprocessamento, Cartografia Escolar e a Teoria das Inteligências Múltiplas, Geotecnologias, Sensoriamento Remoto na Educação Básica; Geografia Física, Geografia Urbana e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alfabetização 5, 1, 10, 242, 276

Altas habilidades 190

Aprendizagem 5, 6, 7, 3, 8, 72, 117, 118, 141, 143, 144, 145, 146, 152, 162, 172, 203, 210, 330, 348, 381, 383

Autismo 1, 2, 3, 8, 278

Avaliação educacional 172

Avaliações em larga escala 162

### C

Concepções 6, 7, 175

Conselhos municipais de educação 200

Criatividade 7, 183, 185, 189, 190

### E

Educação 2, 5, 6, 7, 8, 9, 6, 9, 10, 11, 12, 19, 20, 22, 23, 30, 31, 37, 38, 41, 51, 61, 62, 72, 78, 80, 88, 89, 99, 102, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 232, 235, 239, 241, 242, 245, 247, 249, 250, 251, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 282, 283, 284, 288, 289, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 303, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 316, 317, 319, 320, 321, 323, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 358, 359, 363, 366, 368, 369, 370, 371, 374, 381, 383, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415

Educação à distância 72

Educação básica 307, 349

Educação especial 176, 182, 273

Educação física 352, 353

Educação infantil 215, 413

Engenharias 21, 23, 26, 27, 28, 29

Ensino 5, 6, 7, 9, 1, 5, 23, 30, 42, 51, 62, 72, 76, 88, 89, 99, 103, 104, 105, 107, 108, 117, 118, 122, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 141, 157, 166, 193, 203, 207, 210, 212, 214, 215, 239, 243, 245, 249, 251, 284, 288, 316, 328, 344, 371, 382, 391, 395, 396, 403, 407

Escola 7, 4, 54, 109, 123, 124, 125, 134, 172, 182, 212, 213, 226, 227, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 261, 282, 296, 297, 306, 307, 311, 316, 319, 321, 322, 403, 415

Escrita pré-silábica 18

Estudantes 6, 89, 111, 141, 142, 162, 245

Etnografia 62

Evasão 5, 23, 25, 26, 27, 30, 31

## **F**

Formação de professores 62

Francês 5, 42, 43, 52

## **I**

IDEB 6, 12, 130, 131, 132, 135, 137, 138

Inclusão 8, 31, 175, 182, 271, 272, 275, 276, 281, 282, 396, 415

## **O**

Observação 154

Oportunidade de aprendizagem

Oralidade 32

## **P**

Pesquisa 2, 5, 8, 9, 20, 31, 32, 41, 61, 62, 80, 87, 118, 139, 166, 168, 169, 182, 201, 210, 267, 269, 270, 283, 331, 354, 363, 376, 381, 383, 413, 414, 415

Pesquisa qualitativa 62, 413

PISA 2012 6, 12, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153

Práticas pedagógicas 54, 117

Psicogênese da língua escrita 20, 161

## **R**

Reflexividade 6, 80

## **S**

SINAES 88, 89, 91, 93, 97, 99

Superdotação 7, 183, 190, 398

Surdez 54, 398

## **U**

UFAM 6, 11, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99

Universidade 5, 6, 9, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 46, 52, 54, 61, 62, 63, 71, 72, 78, 80, 88, 89, 98, 99, 100, 102, 108, 117, 118, 129, 134, 154, 161, 174, 176, 182, 183, 191, 201, 203, 210, 211, 222, 224, 225, 241, 250, 262, 263, 269, 271, 281, 282, 283, 309, 311, 321, 326, 331, 333, 342, 353, 363, 371, 372, 381, 382, 383, 384, 389, 390, 408, 414, 415

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-592-1

